

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

AMANDA MARASCHIN BRUSCATO

O ARTIGO NAS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS

Porto Alegre

2018

AMANDA MARASCHIN BRUSCATO

O ARTIGO NAS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Bruscato, Amanda Maraschin

O artigo nas gramáticas contemporâneas brasileiras
/ Amanda Maraschin Bruscato. -- 2018.

39 f.

Orientador: Sergio de Moura Menuzzi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) –
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa
e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e
Literaturas de Língua Espanhola, Porto Alegre, BR-RS,
2018.

1. Artigos. 2. Gramáticas Contemporâneas. 3.
Português Brasileiro. I. Menuzzi, Sergio de Moura,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pela autora.

AMANDA MARASCHIN BRUSCATO

O ARTIGO NAS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à conclusão do curso.

Aprovada em 19 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero
Examinador UFRGS

Prof. Dr. Marcos Goldnadel
Examinador UFRGS

Orientador Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi

Porto Alegre
2018

Dedico este trabalho a meu noivo, minha família e meus professores do curso, em especial meu orientador, que muito colaboraram para sua realização.

AGRADECIMENTOS

Nada é realizado sozinho ou de um dia para o outro. Este trabalho de conclusão de curso é resultado de anos de formação. Formação que inclui muitos professores, desde a educação infantil até a graduação. É meu desejo e dever agradecer a todos que contribuíram de algum modo para eu chegar ao fim desta etapa.

Além de todos os educadores que me conduziram pelos caminhos escolar e acadêmico, preciso agradecer à minha família. Especialmente a meus pais, que sempre me apoiaram em todos os meus sonhos e me incentivaram a me dedicar aos estudos.

Agradeço também a meu noivo Guilherme, meu melhor amigo há quinze anos, meu amor e companheiro de vida, que está presente a cada momento, sempre me apoiando e caminhando a meu lado na busca de nossos objetivos.

Por fim, agradeço a meu orientador, professor e diretor do curso de Letras, Sergio de Moura Menuzzi, que acolheu a mim e a meu projeto, orientando-me semanalmente e contribuindo enormemente para que alcançasse o melhor resultado possível.

Sem vocês, nada disso seria possível.

Muito obrigada.

A gramática não é, a gramática *está* – está se desfazendo e se refazendo a todo o momento. Por isso, o estudo e o eventual ensino da gramática têm de ser feitos com a consciência desse dinamismo da língua, da provisoriedade – sempre válida – de qualquer tentativa de apreendê-la e analisá-la. (BAGNO, 2012)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a classe gramatical dos artigos a partir da análise de gramáticas contemporâneas brasileiras. Em 2014, seis gramáticos brasileiros e uma portuguesa publicaram o livro *Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores*. Posicionando-se em prol do português brasileiro, o *corpus* deste trabalho é composto pelas obras dos gramáticos brasileiros participantes do livro: *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2008), *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2012), *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010), *Gramática de Usos do Português* (NEVES, 2000), *Gramática do Português Brasileiro* (PERINI, 2010). Os autores são todos linguistas e publicaram gramáticas nas últimas duas décadas. Os tópicos analisados são: estudo diacrônico; concordância de número; fenômenos fonológicos; progressão temática; pronome demonstrativo; classificação dos artigos. Das seis gramáticas analisadas, apenas as de Castilho e Bagno tratam de todos os tópicos, e poucas reconhecem a variação linguística. Seja em relação à progressão temática do texto, admitindo que não necessariamente *um* introduzirá um referente e *o* o retomará, seja em relação à concordância de número ou às contrações com as preposições. Cinco das seis gramáticas questionam a classificação tradicional dos artigos. Enquanto algumas seguem utilizando a definição de artigo definido e indefinido, outras propõem a aproximação do definido com os pronomes demonstrativos e do indefinido com os pronomes indefinidos. O objetivo é apresentar uma descrição dos artigos tão completa quanto a informação nas gramáticas permite, contribuindo para a descrição da língua e para os atuais estudos linguísticos.

Palavras-chave: Artigos. Gramáticas contemporâneas. Português brasileiro.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objeto de estudio la clase gramatical de los artículos a partir del análisis de gramáticas contemporáneas brasileñas. En 2014, seis gramáticos brasileños y una portuguesa publicaron el libro *Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores*. Posicionándose a favor del portugués brasileño, el *corpus* del trabajo está formado por las obras de los gramáticos brasileños participantes del libro: *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2008), *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2012), *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010), *Gramática de Usos do Português* (NEVES, 2000), *Gramática do Português Brasileiro* (PERINI, 2010). Los autores son todos lingüistas y publicaron gramáticas en las últimas dos décadas. Los tópicos analizados son: estudio diacrónico; concordancia de número; fenómenos fonológicos; progresión temática; pronombre demostrativo; clasificación de los artículos. De las seis gramáticas analizadas, sólo las de Castilho y Bagno tratan de todos los tópicos, y pocas reconocen la variación lingüística. Sea en relación a la progresión temática del texto, admitiendo que no necesariamente *um* introducirá un referente y *o* lo retomará, sea en relación a la concordancia de número o a las contracciones con las preposiciones. Cinco de las seis gramáticas cuestionan la clasificación tradicional de los artículos. Mientras algunas utilizan la definición de artículo definido e indefinido, otras proponen la aproximación del definido con los pronombres demostrativos y del indefinido con los pronombres indefinidos. El objetivo es presentar la descripción de los artículos más completa posible, contribuyendo para los actuales estudios lingüísticos.

Palabras clave: Artículos. Gramáticas contemporáneas. Portugués brasileño.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão das gramáticas.....	12
Tabela 2 - Artigo definido nas línguas românicas.....	16
Tabela 3 - Sistematização do capítulo 2.....	17
Tabela 4 - Sistematização do capítulo 3.....	20
Tabela 5 - Contrações com preposições.....	23
Tabela 6 - Sistematização do capítulo 4.....	24
Tabela 7 - Sistematização do capítulo 5.....	27
Tabela 8 - Demonstrativo nas línguas românicas.....	30
Tabela 9 - Sistematização do capítulo 6.....	31
Tabela 10 - Sistematização do capítulo 7.....	35
Tabela 11 - Recapitulação.....	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ESTUDO DIACRÔNICO.....	14
3. CONCORDÂNCIA DE NÚMERO.....	18
4. FENÔMENOS FONOLÓGICOS.....	21
5. PROGRESSÃO TEMÁTICA.....	25
6. PRONOME DEMONSTRATIVO?.....	28
7. CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS.....	32
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o artigo tal como descrito nas gramáticas brasileiras de língua portuguesa. A análise da classe gramatical foi realizada a partir de seis gramáticas contemporâneas.

Em 3 de julho de 2013 foi realizado o IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (IV SIMELP), na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, GO, Brasil. Lá, Maria Helena de Moura Neves reuniu-se com mais cinco gramáticos brasileiros e uma gramática portuguesa para discutirem as novas perspectivas da descrição gramatical da língua portuguesa. Os trabalhos apresentados e a discussão resultaram na publicação do livro *Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores*, e as gramáticas dos autores brasileiros que participam do livro foram as selecionadas para fundamentar o presente trabalho.

Foram selecionadas gramáticas brasileiras de língua portuguesa publicadas nas últimas duas décadas (maioria do século XXI). A decisão de separar as gramáticas de português brasileiras das demais se justifica no recente posicionamento dos gramáticos, que voltam seus estudos especificamente ao português brasileiro.

Segundo Bagno, em *Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores*, a proposta de teorizar especificamente sobre o português brasileiro “é uma clara, nítida e assumida militância em favor do reconhecimento definitivo de que o português europeu e o português brasileiro já constituem duas línguas diferentes” (2014, p.14). Assumindo esse posicionamento, foram escolhidas para o presente trabalho as obras dos gramáticos brasileiros participantes do livro.

Francisco Platão Savioli, ao estudar o percurso das gramáticas nas ações escolares, defende no capítulo 9 do livro que as gramáticas aqui analisadas, além de próximas temporalmente, pertencem ao estágio de “consolidação de mudanças sustentáveis” a partir dos avanços linguísticos. Este estágio teria início quando “os fundamentos teóricos das gramáticas de base linguística foram acolhidos com entusiasmo por grande parte dos responsáveis pelo ensino da língua portuguesa” (2014, p.143), colocando “o dado de que a língua é, a um só tempo e sob aspecto diverso, um código e também um fato social” (2014, p.145).

As gramáticas utilizadas neste trabalho foram *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2008), *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2012), *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010), *Gramática de Usos do Português* (NEVES, 2000), *Gramática Descritiva do Português Brasileiro* (PERINI, 2010).

Nas páginas 123 e 124 do livro *Gramáticas Contemporâneas*, Marli Quadros Leite propõe a seguinte divisão das gramáticas:

Tabela 1 - Divisão das gramáticas

Modalidades	Português	Português do Brasil	Português brasileiro
Escrita	Bechara (2009)	Neves (2000) Azeredo (2008)	
Escrita + Falada			Bagno (2012)
Falada			Castilho (2010) Perini (2010) ¹

Ela sugere três estágios de definição do objeto de estudo das gramáticas: primeiramente as gramáticas do português começam a englobar não apenas a língua de Portugal, mas também a língua do Brasil; após, se voltam apenas ao português do Brasil; para, então, assumir um posicionamento de que há um português brasileiro, língua já distinta do português de Portugal.

Percebe-se que a evolução do objeto de estudo acompanha sua mudança de nome. Enquanto Bechara possui a gramática mais antiga, voltada à modalidade escrita de língua portuguesa, as gramáticas mais atuais (de Castilho, Bagno e Perini) voltam seus estudos ao português brasileiro, valorizando a modalidade falada da língua.

O objetivo deste trabalho é analisar como a classe gramatical dos artigos é descrita nas diferentes gramáticas contemporâneas de português brasileiras, a fim de buscar apresentar uma descrição tão completa quanto a informação das gramáticas permite. Através da comparação do que as gramáticas acima

¹ Perini afirma descrever apenas a língua falada padrão do português brasileiro, “falada diariamente nas ruas, e reproduzida nas novelas de TV, no teatro e no cinema nacional” (2010, p.45). No entanto, não especifica as fontes utilizadas para os exemplos.

mencionadas fornecem de informações sobre os artigos, objetiva-se auxiliar na descrição de uma pequena parte da língua corrente, contribuindo para os atuais estudos linguísticos.

O trabalho está organizado por capítulos e, ao fim de cada um, há uma tabela sistematizando como os gramáticos trataram do tópico abordado. Os assuntos foram trabalhados do seguinte modo:

No capítulo 2, apresenta-se um breve estudo sobre as informações diacrônicas acerca do artigo que podem ser encontradas nas referidas gramáticas. Isso inclui sua origem no latim e suas transformações até a atualidade, bem como uma comparação do produto atual do português com o de outras línguas românicas.

No capítulo 3, faz-se um estudo da concordância de número no português brasileiro. Defende-se que, ainda em gramáticas normativas da língua escrita, sejam mencionadas as mudanças que vão de encontro à norma padrão.

No capítulo 4, trata-se de processos fonológicos que ocorrem com os artigos. Enquanto há processos que são obrigatórios dependendo do contexto fonológico, há outros variáveis, mas cuja variação não recebe a devida atenção nas gramáticas aqui estudadas. Nele, estudam-se as contrações do artigo com as preposições, apresentando quais são aceitas pelas diferentes gramáticas.

No capítulo 5, busca-se analisar a função textual do artigo, questionando as regras fixas propostas por algumas das gramáticas.

No capítulo 6, discute-se se o que alguns gramáticos tradicionais entendem por pronome demonstrativo *o* é na verdade um artigo definido com elipse do nome.

No capítulo 7, finalmente, são comparadas as definições de “artigo” nas gramáticas escolhidas. Discute-se ainda como diferenciam o artigo definido do indefinido e este do numeral.

Este trabalho, portanto, busca realizar uma compilação do estudo dos artigos nas gramáticas contemporâneas de português brasileiras, a fim de auxiliar estudos sobre a língua e seu ensino. Espera-se, com a presente discussão, contribuir para uma sistematização e descrição dos aspectos relevantes dos artigos identificados nas gramáticas contemporâneas brasileiras.

2. ESTUDO DIACRÔNICO

Partindo do entendimento de que os estudos sincrônico e diacrônico da língua são ambos importantes para uma boa análise linguística, buscou-se no presente trabalho realizar uma revisão o mais completa possível da tradicional classe gramatical dos artigos. Neste primeiro momento, portanto, são discutidas as informações apresentadas pelas gramáticas aqui analisadas sobre as origens dos artigos.

Ao analisá-las, percebeu-se que apenas três delas apresentam um estudo diacrônico dos artigos: duas o fazem de modo mais aprofundado (Bagnó e Castilho), e outra, de modo muito breve (Bechara). Esta última apenas diz que *o/a/os/as* provêm do antigo demonstrativo latino *illum/illa*, enquanto *um/uma/uns/umas* provêm da generalização do numeral *um* (2009, p.153).

Já Castilho afirma que tanto o clítico acusativo quanto o artigo *o* derivam do demonstrativo *illu*. Ele conta que o demonstrativo possuía função dêitica e fórica, pois “situava o referente do substantivo em dado lugar, e [...] funcionava também na retomada de referentes”, sendo que a função fórica permaneceu no clítico acusativo e no artigo definido, que “se antepõe a um substantivo cujo referente o interlocutor deve buscar ou no texto ou na situação de fala”, admitindo “a elipse do núcleo do sintagma nominal tanto quanto da função de objeto direto” (2010, p.303). Para Castilho, portanto, em uma frase como “Este livro, vou guardá-**lo**”, há a elipse do núcleo do sintagma nominal com função de objeto direto.

Sobre a classificação latina do demonstrativo, Castilho relata que *ille* foi classificado como “pronome finito” por Donato (séc. IV d.C.) junto a outros dêiticos, uma vez que designam as pessoas, e “pronome primitivo” por Prisciano (séc. V. d.C.), distinguindo-os dos chamados “pronomes derivados” (o que se conhece hoje por pronomes possessivos). Na classificação portuguesa, conta que Jeronymo Soares Barbosa (1803-1881) foi quem classificou todos os pronomes como adjetivos determinativos, visto que “referem-se sempre aos nomes substantivos que trazem à memória, e algumas vezes, quando se faz preciso, se ajuntam imediatamente a eles” (2010, p.474), e enquadrou o que se conhece como artigos e pronomes possessivos e demonstrativos na classe dos adjetivos determinativos de qualidade (2010, p.473-4).

Dos três gramáticos, Bagno é quem explica mais detalhadamente a história dos artigos. Conta que os estóicos propuseram a classe dos artigos (*árthron*), dividindo-a em *horisména* (incluindo o que hoje se conhece por pronomes pessoais e possessivos) e *aoristóde* (incluindo o que hoje se conhece por artigos definidos e demais pronomes).

Os gramáticos alexandrinos então criaram a classe dos pronomes e deixaram na classe dos *árthron* os artigos definidos (*protaktikón*, que vão antes do nome) e os pronomes relativos (*hypotaktikón*, que vão após o nome). Quando os romanos conquistam a Grécia, na segunda metade do século I a.C., adotam seu modelo de gramática, substituindo a classe dos artigos pela das interjeições, uma vez que a língua latina não possuía artigos.

Segundo Bagno, “os artigos definidos provêm de demonstrativos latinos: *illu-*, ‘aquele’; *illa*, ‘aquela’; reduzidos a artigos, tiveram sua carga semântica enfraquecida e sofreram erosão fonética” (2012, p.173).

Quanto aos artigos indefinidos, diz que

provêm dos numerais latinos *unu-*, *una*, que perderam sua significação de quantificador específico (uma unidade) para se transformar em indicadores de quantidade vaga, imprecisa (a ponto de serem usados no plural *uns*, *umas*, o que não é permitido aos numerais propriamente ditos). (2012, p.174)

O autor afirma que não existiam artigos no latim, mas que o surgimento do artigo definido a partir de demonstrativos é universal, e que esse processo de gramaticalização ocorreu em todas as línguas românicas.

“Pelo já mencionado processo de erosão fonética, abrandamento semântico e fixação morfossintática, os demonstrativos, palavras longas e tônicas, se tornaram partículas átonas” (2012, p.182) muito similares, como se pode ver na tabela a seguir, e “a síncope regular do -l- explica a forma dos artigos definidos em galego e português” (2012, p.308).

Tabela 2 - Artigo definido nas línguas românicas

Latim vulgar	Galego e Português	Espanhol	Italiano	Francês
Masc. Sing. illu	o	el	il, l', lo	le/l'
Masc. Plur. illos	os	los	i, gli	les
Fem. Sing. illa	a	la	la, l'	la/l'
Fem. Plur. illas	as	las	le	les

Azeredo, apesar de não apresentar tais dados em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2008), os traz, com outros autores, na *Gramática comparativa Houaiss: Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês* (2010). Ao comparar a classe gramatical dos artigos nas quatro línguas românicas, engloba o estudo diacrônico.

A pesquisa diacrônica mostra-nos que os artigos definidos tiveram origem em certos demonstrativos latinos. De fato, as formas de artigo definido derivam do demonstrativo latino *ille*, que, quando funcionava como complemento de objeto direto, tinha tomado as formas *illo*, *ella*, *ellos*, *ellas* no latim falado da época imperial. É este demonstrativo, empregado com o valor de um simples artigo e pronunciado sem acento tônico (porque formava um grupo fonético com o nome que se lhe seguia), que deu origem a todas as formas românicas acima indicadas. Como não tinha acento tônico, reduziu-se a uma única sílaba. Foi em geral a segunda que “sobreviveu” (2010, p.110).

Como se pode ver, as palavras (e suas flexões de gênero e número) que compõem a classe dos artigos possuem origens distintas. Enquanto o artigo indefinido deriva do numeral latino, o artigo definido deriva dos demonstrativos, confundindo-se, em sua evolução, especialmente com os “pronomes átonos acusativos” (isto é, de objeto direto).

Atualmente, a forma *o* é registrada como duas palavras diferentes, uma incluída na classe dos pronomes, e, outra, na dos artigos. A classificação das formas de onde se originou sofreu modificações ao longo do tempo, tendendo a uma

aproximação entre artigos e pronomes, o que instiga reflexões sobre a classificação atual.

Após este capítulo haver percorrido brevemente a história dos artigos, a discussão tratará de novas questões. Mais adiante o estudo retornará ao questionamento da classificação gramatical tradicional.

Tabela 3 – Sistematização do capítulo 2

	Trata da diacronia do artigo	Informações fornecidas
AZEREDO	Não*	
BAGNO	Sim	Origem, classificações, comparação línguas
BECHARA	Sim	Origem
CASTILHO	Sim	Origem, funções, classificações
NEVES	Não	
PERINI	Não	

*O autor trata do assunto junto de outros autores na *Gramática comparativa Houaiss: Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês* (2010).

3. CONCORDÂNCIA DE NÚMERO

Nas últimas décadas tem-se discutido bastante sobre o preconceito linguístico. Marcos Bagno, escritor da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), é um dos defensores da autonomia do português brasileiro e do estudo da língua como ela é, não como a tradição gostaria que ela fosse.

Em seu livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, o autor defende que “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa” (2011, p.19). Esta seria apenas uma tentativa de descrever uma das variedades da língua: a norma padrão, que, segundo o autor, em seu livro *A Norma Oculta: Língua e poder na sociedade brasileira*, é “um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real das regras que governam a atividade linguística por parte dos falantes)” (2007, p.50).

Segundo as gramáticas normativas da língua portuguesa, os elementos ligados ao núcleo do sintagma nominal devem concordar com ele em número. O sintagma “o pássaro azul” no plural deveria ser, portanto, “os pássaros azuis”. No português brasileiro falado, no entanto, a marca de plural é necessária apenas no determinante. Assim, seria igualmente compreensível e aceitável dizer “os pássaro azul”.

Apesar de a variação linguística ser bastante estudada atualmente, nem todos os autores aqui estudados reconhecem-na explicitamente em suas gramáticas. Das seis gramáticas analisadas, apenas três abordam a variação da concordância de número: as de Bagno, Castilho e Perini.

Perini, ao falar da concordância de número, explica que, no padrão escrito, o núcleo determina o número dos outros elementos, mas que, no português brasileiro falado, a marca de plural costuma ocorrer apenas no primeiro elemento do sintagma nominal, podendo haver a inserção do elemento invariável *tudo* após o núcleo ou o verbo. O autor defende que tal fenômeno morfológico “não se trata de linguagem “inculta” ou “regional”, mas do vernáculo comum a todos os brasileiros” (2010, p.283).

Castilho afirma que o plural pode ser marcado apenas no artigo no português brasileiro popular, o que ampliaria suas funções. Após, reforça que a marca de plural no pré-núcleo é uma característica geral do português brasileiro (2010, p.461).

Bagno defende que a ocorrência da marca de plural apenas em um elemento é eliminação de redundância devido ao princípio da economia linguística. Diz, inclusive, que o princípio afetaria a concordância verbal, pois “o processo é cíclico, já que as marcas de pessoa e número podem ser resultantes da aglutinação de pronomes muito antigos que, pelo processo de gramaticalização, perderam sua autonomia lexical e se tornaram morfemas” (2012, p.164).

O princípio da economia linguística costuma ser utilizado para justificar a marca de plural apenas em um elemento. Afinal, pronunciar o -s no fim de cada palavra não faria diferença, sendo mais fácil colocá-lo apenas em uma (como ocorre na pronúncia da língua francesa).

Castilho, no entanto, cita os estudos de Scherre² para contrariar a explicação de eliminação de redundância na concordância de número:

As classes se distinguem em sua marcação de plural. Marcam mais (i) aquelas que funcionam como Especificadores do sintagma nominal, sobretudo o artigo, o demonstrativo e os pronomes indefinidos; e (ii) aquelas que distinguem mais salientemente o singular do plural, como em *lugar - lugares*. Em formas como esta, o plural tem uma sílaba a mais que a do singular. Marcam menos os substantivos no diminutivo (como em *aqueles cabelim branquim*) e os adjetivos, salvo quando na segunda posição.

A posição da classe no interior do sintagma nominal mostrou ser um fator importante, nesta e em outras pesquisas. A classe disposta na primeira posição recebe a marca de plural, como em *as menina pequena*, o que reforça uma característica geral do PB, a da marcação gramatical pré-núcleo. Dito de outro modo, as classes antepostas ao núcleo recebem as marcas de pluralidade.

Mas a descoberta mais interessante foi assim formulada: marcas no item anterior levam a marcas no item seguinte, ausência de marca no item anterior leva à ausência de marca no item seguinte. Em *milhares de coisas*, a marcação de *milhares* levou à marcação de *coisas*. Inversamente, em *umas porçãoØ de coisaØ*, a ausência de marcação em *porção* levou à sua ausência em *coisa*. (2010, p.461)

As descobertas de Marta Scherre contrariam a explicação de simplificação da língua. Se a concordância de número depende das variáveis classe gramatical, sua posição no sintagma nominal e marcas precedentes de plural, a escolha do falante de marcar ou não o plural das palavras é bastante complexa.

Apesar de a marcação de plural apenas no elemento pré-núcleo não ser mencionada pelas outras gramáticas, o fenômeno, como disseram os estudiosos

² SCHERRE, Marta M. Pereira (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutoramento.

_____ (1996). Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. Em: OLIVEIRA E SILVA / SCHERRE (orgs. 1996: 85-118).

citados no capítulo, é geral no português brasileiro. Não é inculto, não é regional, é comum a praticamente todas as variedades faladas.

Se grande parte dos falantes de português brasileiro acredita que não sabe português, é porque ainda permanece a crença de que gramática normativa equivale à língua. Há a crença de que regras criadas em outro continente em outro século deveriam reger a língua, e não o contrário.

Este estudo busca retratar apenas uma ínfima parte do português brasileiro a partir das obras gramaticais contemporâneas. Sabe-se que a língua está em constante mudança, e que qualquer análise sua estará incompleta. O objetivo, no entanto, é mostrar o que as gramáticas contemporâneas registram de seu funcionamento atualmente e defender que, se, por exemplo, já há mudança na marcação de plural, ela deve ser retratada.

Tabela 4 – Sistematização do capítulo 3

	Trata da concordância de número apenas no determinante	Como a explica
AZEREDO	Não	
BAGNO	Sim	Eliminação de redundância
BECHARA	Não	
CASTILHO	Sim	Dependente das variáveis classe gramatical, sua posição no sintagma nominal e marcas precedentes de plural
NEVES	Não	
PERINI	Sim	Eliminação de redundância

4. FENÔMENOS FONOLÓGICOS

Apesar de apenas três gramáticas tratarem de como funciona a concordância de número no português brasileiro, a maioria aborda, ainda que brevemente, fenômenos fonológicos que se aplicam ao artigo – ainda que costumem não fazer esta relação. A seguir, serão vistas as distintas nomenclaturas escolhidas pelos gramáticos para retratar tais fenômenos fonológicos.

Os fenômenos aqui estudados são comumente classificados como sândi externo: vocálico (variável) e consonantal. São processos fonológicos mais gerais, mas que também se aplicam aos artigos. Os nomes utilizados pelos gramáticos para designar o sândi externo, por sua vez, variam, englobando elisão, sinalefa e crase. Normalmente, os gramáticos opõem este processo aos de formação de hiato ou ditongo.

Sobre o artigo, sabe-se que, quando ele está no plural, a pronúncia do -s dependerá da sonoridade do fonema seguinte. Se for sonoro, o -s será pronunciado como [z]. Se for surdo, como [s]³. Por exemplo: os gatos e os calos, [oz.'ga.tos] e [os.'ka.los]. Sendo os artigos partículas átonas, eles se juntam com a palavra adjacente, e, caso a palavra posterior ao artigo seja iniciada por som vocálico, o morfema de plural -s se junta à vogal seguinte e forma uma nova sílaba, como em [a.za.'mi.ges].

A pronúncia do -s como [s] ou como [z] é condicionada e obrigatória, já a pronúncia do artigo singular junto à palavra adjacente pode variar caso ocorram dois fonemas vocálicos lado a lado. O falante pode pronunciar os dois fonemas separadamente ou uni-los em um só, dependendo por exemplo de sua velocidade de fala. “Conheci a amiga”, portanto, pode ser pronunciado [ko.ne.'si.a.a.'mi.gɐ] ou [ko.ne.'si.a.'mi.gɐ]. O mesmo pode ocorrer caso a palavra seguinte ao artigo inicie por fonema vocálico tônico: “quebrei a asa”, [ke.'brej.a.'a.zɐ] ou [ke.'brej.'a.zɐ]. Nos casos de crase, pode haver alongamento da vogal.

Azeredo e Castilho admitem a junção do artigo com uma palavra seguinte iniciada por vogal, no entanto não nomeiam o processo. Azeredo afirma que os monossílabos “podem ser tônicos, se pronunciados com acento próprio, ou átonos, quando são inacentuados e vêm, por isso, apoiados de uma palavra vizinha

³ A pronúncia do -s dependerá da variedade linguística, mas deverá prever o traço surdo ou sonoro seguinte, podendo ser, por exemplo, pronunciado como [ʒ] se for sonoro ou [ʃ] se for surdo.

portadora de acento próprio e junto à qual formam um vocábulo fonológico” (2008, p.380). Castilho fala especificamente sobre o artigo, dizendo que é “um marcador pré-nominal, átono, associado necessariamente ao substantivo, com o qual constitui um vocábulo fonético” (2010, p.489).

Observe-se que, apesar de o artigo estar sempre conectado a um substantivo (ou palavra substantivada), não necessariamente estará a seu lado. Portanto, pode constituir um vocábulo fonético com outra classe de palavra, por exemplo com um adjetivo, como em “a admirável história”: [a.a.dʒi.mi.'ra.vew.is.'tɔ.rjɐ] ou [a.dʒi.mi.'ra.vew.is.'tɔ.rjɐ].

Perini e Bagno chamam o fenômeno de junção do artigo com a palavra seguinte de *elisão*. Segundo Perini trata-se do “fenômeno de desaparecimento de uma vogal quando uma palavra terminada em vogal átona se encontra logo antes de outra palavra começada por vogal igualmente átona” (2010, p.355). Segundo Bagno, é o mesmo que a *sinalefa*, “queda da vogal final de uma palavra, quando a palavra seguinte começa por vogal”. (2012, p.297).

Já para Bechara, “elisão é o desaparecimento de uma vogal quando pronunciada junto de outra vogal diferente”. Ele nomeia o fenômeno específico da *crase* como “a fusão de dois ou mais sons iguais num só” (2009, p.632).

Neves não aborda em sua gramática a fonética e a fonologia, e os outros autores tratam do assunto muito brevemente, não discorrendo sobre os fenômenos aqui estudados.

Após os processos de junção dos artigos com os vocábulos adjacentes haverem sido analisados, será discutido como as gramáticas tratam das contrações dos artigos com as preposições.

Das seis gramáticas analisadas, duas não falam das contrações com preposições: as de Azeredo e Neves. Já as outras tratam do assunto cada uma a seu modo, variando nas contrações aceitas. Apesar de algumas mencionarem a contração também com pronomes, estarão presentes nesta análise apenas as contrações que são formadas com *o* e suas flexões e *um* e suas flexões, por serem o objeto de estudo deste trabalho.

Bagno, na página 861 de sua gramática, apresenta todas as contrações dos artigos com as preposições realizadas no português brasileiro. Por ser a tabela mais completa, será apresentada a seguir, e, após, serão debatidas as contrações que não foram aceitas pelos outros gramáticos.

Tabela 5 - Contrações com preposições

Artigo	A	Com	De	Em	Para	Por
A(s)	À(s)	Co'a(s), ca(s)	Da(s)	Na(s)	Pra(s)	Pela(s)
O(s)	Ao(s)	Co(s)	Do(s)	No(s)	Pro(s)	Pelo(s)
Um(s)		Cum(s)	Dum(s)	Num(s)	Prum(s)	
Uma(s)		Cuma(s)	Duma(s)	Numa(s)	Pruma(s)	

Bechara afirma nas páginas 303 e 304 de sua gramática que a contração do artigo indefinido com a preposição *de* é menos frequente. Diz que a contração *pelo* é formada pela preposição *per* e *lo*, a forma antiga do artigo definido. Sobre a preposição *para*, coloca entre parênteses *pra*, visto que é como a pronunciamos. Para esta preposição, não coloca contrações com o artigo indefinido. Sobre a preposição *com*, coloca o *m* entre parênteses, pois a contração com o artigo definido se daria devido à “supressão da ressonância nasal (ectlipse)”. A contração de *com* com o artigo indefinido não é aceita pelo gramático.

Castilho apenas diz na página 587 de sua gramática que as preposições mais gramaticalizadas (*para, de, em, a, com, por*) se juntam mais facilmente com outros elementos linguísticos (*pelo, co'a, ao, no, num, do, dum, pro, prum, etc*).

Perini, nas páginas 357 e 358 de sua gramática, afirma que as contrações de *em, com, de, para* com o artigo indefinido são opcionais, assim como a de *com* com o artigo definido. Sobre o *para*, afirma que “todas as contrações com *para* são exclusivas da língua falada; e a preposição, como se sabe, é sempre pronunciada *pra*”.

Bagno, Castilho e Perini aceitam todas as contrações realizadas pelos falantes, sendo que o primeiro as traz em uma tabela, o segundo cita alguns exemplos e põe *etc* – admitindo a existência de várias outras –, e o terceiro as apresenta em forma de lista. Bechara aceita quase todas, faltando apenas as contrações do artigo indefinido com as preposições *com* e *para*.

Enquanto Bagno apresenta as preposições presentes nas contrações em ordem alfabética, Bechara coloca em ordem alfabética aquelas aceitas pela tradição

gramatical (*a, de, em, per*), deixando *para* e *com* para o final. Castilho e Perini, por sua vez, não aparentam ordem determinada.

Tabela 6 - Sistematização do capítulo 4

	Trata dos fenômenos fonológicos com o artigo	Qual a nomenclatura utilizada	Trata das contrações com as preposições	Quais são aceitas
AZEREDO	Sim	Vocábulo fonológico com palavra vizinha	Não	
BAGNO	Sim	Elisão/Sinalefa	Sim	Todas
BECHARA	Sim	Crase	Sim	Quase todas, exceto <i>prum</i> e <i>cum</i>
CASTILHO	Sim	Vocábulo fonético com substantivo	Não	Todas
NEVES	Não		Não	
PERINI	Sim	Elisão	Sim	Todas

5. PROGRESSÃO TEMÁTICA

Segundo Maria Augusta Reinaldo, no *Glossário Ceale: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores* (2014), progressão temática “consiste em fazer o texto avançar apresentando informações novas sobre aquilo de que se fala, que é o tema”. Sabe-se que os artigos auxiliam na progressão temática dos textos: o artigo indefinido costuma ser usado para introduzir um novo elemento no texto; e o artigo definido costuma ser usado para retomar um elemento já mencionado no texto. Isso pode ser visto no seguinte exemplo: “Comprei um livro maravilhoso, quer que te empreste o livro?”.

Neste capítulo será analisado o que os gramáticos aqui estudados falam sobre o uso dos artigos na progressão temática textual.

Para Azeredo, “o artigo definido é um típico recurso de vinculação da informação nova a alguma informação já disponível para o interlocutor” (2008, p.240). Bagno nomeia essa função como *identificatória*, pois só se utiliza o artigo definido se o termo já for conhecido (ou porque foi mencionado anteriormente, ou porque se espera que seja do conhecimento do interlocutor).

Bechara também afirma que o artigo definido antecede um substantivo que denota um objeto que é ou será logo conhecido do ouvinte (2009, p.153). E Neves afirma que o artigo indefinido costuma introduzir um referente, e o artigo definido ou outra palavra fórica é responsável por referenciá-lo posteriormente (2000, p.514).

Para Castilho, há a opção de iniciar com *um* e seguir com *o*, indo “de um referente até então desconhecido, indeterminado, para um referente conhecido, determinado” ou iniciar com *o* e seguir com *um*.

Um dos exemplos para ir de *um* a *o* é “**Um** rapaz apareceu no escritório pedindo emprego. **O** rapaz parecia muito esperançoso de que o atenderiam”. Já de *o* a *um* é “Como é **a** estrada para Santa Catarina? – **A** estrada é **uma** estrada estreita”. Segundo Castilho,

“o pressuposto é que o tópico conversacional é compartilhado, portanto podemos articulá-lo com *o*, mas como estamos respondendo a uma pergunta, ou quando estamos detalhando uma atividade supostamente desconhecida pelo interlocutor, ingressamos na resposta/na explicação em terreno por ele desconhecido, donde a anteposição do substantivo pelo quantificador indefinido *um*” (2010, p.494).

O autor é o único que relativiza o uso dos artigos na progressão textual. Enquanto os outros fixam o indefinido como introdutor de novo elemento e o definido como o que o retoma, Castilho defende que tais funções não são definitivas. Ele afirma que a ordem de uso do artigo definido ou indefinido no texto dependerá da interação discursiva. Endoforicamente, “retomo o substantivo por o, pois considero que seu referente se tornou conhecido no ato de fala” (2010, p.494). Exoforicamente, “o artigo pode acompanhar mesmo os referentes ainda não mencionados, mas compreensíveis, dada a moldura discursiva dentro de que são gerados os atos de fala” (2010, p.494-5).

Um dos exemplos de Castilho de artigo definido exofórico é: “Greve em São Paulo. **Os** metalúrgicos exigem reajustes trimestrais, para compensar a inflação.”. O objetivo do autor é mostrar que não há esquemas sintáticos fixos para introduzir e recuperar um tópico, e que dependerá sempre do contexto discursivo.

No entanto, os exemplos de Castilho parecem satisfatórios. O exemplo do parágrafo anterior é um caso mais complicado, mas bem conhecido, da chamada “anáfora associativa” – que, em última análise, pode ser reduzida aos casos normais de anáfora definida. E, no caso do enunciado “Como é a estrada para Santa Catarina? – A estrada é uma estrada estreita”, é estranho dizer que *uma estrada* “retoma” *a estrada* – trata-se de uma sentença predicativa, em que *uma estrada estreita* atribui uma qualidade ao sujeito, e não “retoma o referente na posição de argumento de outro predicado”, que é a situação normal da anáfora nominal. De fato, é de se observar que a frase responde adequadamente à pergunta “Como é a estrada para Santa Catarina?”, e não à frase “O que é a estrada de Santa Catarina?”.

Dos vários autores discutidos acima, apenas Castilho questiona o uso dos artigos na progressão temática do texto. Ainda que sua discussão seja pouco satisfatória, pode-se considerar a hipótese de que o uso depende de fato da interação discursiva. No entanto, os exemplos de Castilho não conseguem comprová-la. A tabela 7 a seguir sistematiza a discussão neste capítulo.

Tabela 7 - Sistematização do capítulo 5

	Trata do uso do artigo na progressão temática	Como o explica
AZEREDO	Sim	<i>Um</i> introduz, o retoma
BAGNO	Sim	<i>Um</i> introduz, o retoma
BECHARA	Sim	<i>Um</i> introduz, o retoma
CASTILHO	Sim	Depende da interação
NEVES	Sim	<i>Um</i> introduz, o retoma
PERINI	Sim	<i>Um</i> introduz, o retoma

6. PRONOME DEMONSTRATIVO?

Neste momento será retomado o questionamento do segundo capítulo do trabalho. No capítulo dedicado ao estudo diacrônico dos artigos nas gramáticas, viu-se não apenas a origem do artigo definido nos demonstrativos latinos e do artigo indefinido nos numerais, mas também o fato de que durante tanto tempo artigos e pronomes foram postos por gramáticos dentro das mesmas classes. Isso indica que não estava claro para eles em qual classe colocar aquelas palavras, o que instiga reflexões sobre as classificações utilizadas e propostas atualmente.

No presente capítulo será discutida qual a classificação dos gramáticos aqui estudados para o que os gramáticos tradicionais chamam de “pronomes demonstrativos variáveis” *o, a, os, as* – como na frase “o meu livro é tão bom quanto **o** seu”: são de fato “pronomes demonstrativos”, ou são artigos que ocorrem com elipse do nome?

Neves distingue dois usos: (a) há os demonstrativos variáveis *o, a, os, as*, que “ocorrem sempre especificados por um sintagma de valor adjetivo (i); por uma oração adjetiva (ii)” (2000, p.494); e (b) há o demonstrativo invariável *o*, equivalente a *isso, isto* e com função de predicativo do sujeito (iii) ou objeto direto (iv). A seguir são apresentados alguns exemplos da autora:

- (i) Na categoria dos óxidos destacam-se **os** de alumínio.
- (ii) Evidentemente, eu sou **a** que não é Soares.
- (iii) Que responda seu sobrinho torto, se é que **o** é realmente.
- (iv) Por mais que **o** desejemos, a Medicina não é uma ciência exata.

Ela afirma que os demonstrativos variáveis *o, a, os, as* e o demonstrativo invariável *o* são distintos; no entanto, classifica ambos como pronomes demonstrativos.

Segundo Bagno, “pronome não é classe, é função” (2012, p.462). O autor afirma, portanto, que, se houver como repetir o núcleo do sintagma nominal após o *o*, ele é um artigo seguido de elipse do nome, não um pronome demonstrativo que está no lugar do nome. “E a melhor prova disso é simplesmente a possibilidade de repetição do sintagma nominal já referido” (2012, p.791), o que se pode fazer no exemplo de Neves: “na categoria dos óxidos destacam-se **os** (óxidos) de alumínio”.

Bechara sugere que o artigo definido estaria próximo dos pronomes demonstrativos, enquanto o artigo indefinido estaria próximo dos pronomes indefinidos. Segundo o autor, é pronome demonstrativo o o invariável equivalente a *isto/isso/aquilo/tal*, e é também “pronome” o próprio artigo: “o pronome o, perdido o seu valor essencialmente demonstrativo e posto antes de substantivo claro ou subentendido, expressão substantivada inclusive oração -, como adjunto, recebe o nome de artigo definido” (2009, p.167).

Castilho discorre longamente sobre o caso da forma o após explicar a análise de Rodrigues⁴, que reúne em um mesmo sistema morfológico as classes dos artigos, pronomes pessoais clíticos e demonstrativos.

“O caso mais interessante é o do vocábulo o, habitualmente descrito como artigo, pronome pessoal e demonstrativo. É verdade que outros linguistas propuseram a mesma análise, ainda que a partir de pontos de vista teóricos diferentes. Câmara Jr. (1971:104) afirma que o artigo “categoricamente continua a ser uma partícula pronominal demonstrativa”, e agrega que “há razões sintáticas, bem como semânticas, para tratar o chamado artigo definido e os demonstrativos como uma só classe”. Desconheço outro texto em que Câmara Jr. possa ter exposto essas razões. Partindo das postulações gerativistas de Paul Postal, que fazia um percurso inverso ao de Câmara Jr. (pois propunha que os pronomes devem ser entendidos como artigos), Raposo (1964-1973) sustenta que os demonstrativos *este*, *esse* e *aquela* são na verdade artigos. Finalmente, Pontes (1978:155) retoma Câmara Jr. e argumenta que em construções do tipo *o do vizinho* (em que o é considerado um demonstrativo pela gramática Tradicional) temos na verdade um artigo, tendo havido nesse sintagma nominal uma “elipse de nome idêntico” (Pontes, 1978: 147).

[...] pode-se postular que o artigo, o demonstrativo e o pronome pessoal de terceira pessoa integram uma mesma classe, que poderia ser denominada mostrativos, segundo minha proposta (Castilho, 1993b).

As classes mostrativas compartilham as propriedades semânticas de verificação de identidade, foricidade e dêixis, sendo de notar que não coocorrem, o que demonstra sua integração na mesma classe gramatical.

[...] Já a possibilidade da coocorrência [...] mostra que *mesmo*, *tal*, *próprio* e *outro* integram uma subclasse dos mostrativos, pois exibem propriedades sintáticas não exatamente coincidentes com as dos demais itens. Note-se, entretanto, que esses vocábulos desempenham o mesmo papel semântico, como operadores de identidade, o que aponta uma vez mais para a assimetria entre o sistema gramatical e o sistema semântico.

Diversos autores destacaram que o artigo, apresentado separadamente dos demonstrativos em nossa tradição gramatical, “categoricamente continua a ser uma partícula pronominal demonstrativa” (Câmara Jr., 1971: 104).

⁴ RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (1978). Os demonstrativos em português: descrição morfológica sincrônica e superficial. *Estudos Linguísticos* 1, 1978: 64-66.

Os demonstrativos funcionam como Especificadores do sintagma nominal, ocupando o mesmo lugar sintático dos artigos, possessivos, quantificadores indefinidos, expressões qualitativas (como *o estúpido rapaz*), delimitadores (como *um tipo de*).” (2010, 495-497)

A partir do vocábulo *o*, portanto, o autor defende a classe dos mostrativos, reunindo artigo, pronome demonstrativo e pronome pessoal de 3ª pessoa. Assim, aproxima artigo e pronome demonstrativo, afirmando que o tradicional “pronome demonstrativo variável” é, na verdade, artigo com elipse do nome.

Como se pode ver, não há unanimidade sobre a classificação gramatical da forma *o*, se pertence a uma classe ou mais – em particular, devido aos usos em que são chamados de “demonstrativos”. Em síntese, Neves defende, em tais casos, o variável como pronome demonstrativo, enquanto Bechara, Bagno e Castilho defendem ser uma ocorrência de artigo com elipse do nome. Esta última posição parece a mais razoável, inclusive pelo argumento da possibilidade de recuperar o substantivo elidido.

Azeredo não trata do pronome demonstrativo como artigo com elipse em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2008), nem ao discorrer sobre os pronomes demonstrativos, nem ao discorrer sobre os artigos definidos. No entanto, junto com outros autores, na *Gramática comparativa Houaiss: Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês* (2010), afirma que

Em português e em espanhol, antes de um sintagma preposicional, de um adjetivo ou de uma oração relativa, empregam-se formas idênticas às dos artigos definidos. Em francês e em italiano usam-se as formas dos demonstrativos, mas antes de adjetivo tanto o artigo (no seu uso pronominal) como o demonstrativo podem aparecer:

Tabela 8 - Demonstrativo nas línguas românicas

Português	Espanhol	Italiano	Francês
A casa do Pedro e a do João	La casa de Pedro y la de Juan	La casa di Pietro i quella di Giovanni; La casa vecchia e la/quella nuova	La maison de Pierre et celle de Jean; La vieille maison et la nouvelle

Tradicionalmente considera-se que antes de um nome *o*, *a*, *os*, *as* em português e os correspondentes em espanhol são artigos, mas antes de um adjetivo, de um sintagma preposicional ou de uma oração relativa são pronomes demonstrativos, o que é corroborado pelo fato de o italiano e o francês exibirem nestes contextos as formas *quello*, *celui*, etc. (2010, p.110)

Ainda que o italiano e o francês possuam formas diferenciando o pronome demonstrativo do artigo, parece mais razoável com os fatos internos do português e do espanhol que o chamado “pronome demonstrativo variável” *o, a, os, as* seja na verdade o artigo. Os gramáticos não são unânimes, mas é a posição defendida no presente trabalho.

Tabela 9 - Sistematização do capítulo 6

	Trata do pronome demonstrativo variável <i>o</i> como artigo ou pronome	Como o explica
AZEREDO	Não*	
BAGNO	Sim	Artigo
BECHARA	Sim	Artigo
CASTILHO	Sim	Artigo
NEVES	Sim	Pronome demonstrativo
PERINI	Não	

*O autor trata do assunto junto de outros autores na *Gramática comparativa Houaiss: Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês* (2010).

7. CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS

Assim como há divergências entre os gramáticos no que se refere à classificação da forma variável o pronome demonstrativo ou artigo com elipse do nome, também há divergências quanto à inclusão de artigos definidos e indefinidos dentro de uma classe única dos artigos. Enquanto alguns mantêm a definição tradicional de artigos definidos e indefinidos, colocando as duas formas na mesma classe, outros classificam os indefinidos como pronomes ou quantificadores indefinidos – portanto, colocando indefinidos numa outra classe que não a agrupa com os artigos definidos. E há os que defendem não existir qualquer classe gramatical dos artigos, pois até mesmo o definido se juntaria aos pronomes, formando com os demonstrativos e os pronomes de não-pessoa (os pronomes de 3ª pessoa) a classe dos mostrativos.

Primeiramente serão vistos os que defendem a classificação dos artigos de acordo com a tradição normativa. Após, serão vistos os autores que defendem que artigos são pronomes. Por fim, será apresentada uma tabela comparativa buscando sistematizar as possibilidades encontradas.

A análise iniciará por Perini, que apresenta uma definição muito breve da classe dos artigos, dizendo que “se caracterizam por ocuparem a primeira posição do SN (com a exceção de *todos*). Em português existem apenas dois artigos: *o* e *um* (e, naturalmente, seus femininos e plurais)” (2010, p.302). Ou seja: de acordo com as gramáticas tradicionais, Perini admite que existe a classe dos artigos dividida em artigos definidos e indefinidos.

Bechara, por sua vez, acredita que o verdadeiro artigo é a forma *o* e suas flexões, pois a única semelhança com o *um* e suas flexões seria que *todos* podem ser adjuntos de substantivo. Suas diferenças seriam várias: de origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais:

Pela origem, porque *o, a, os, as* se prendem a artigo demonstrativo latino (*illum, illa*) – o que lhes garante o valor de demonstrativo atenuado –, enquanto *um, uma, uns, umas* representam emprego especial de generalização do numeral *um*. Pela tonicidade, porque, sendo um vocábulo eminentemente átono, não pode funcionar sozinho na oração, como o faz o chamado artigo indefinido que, neste papel, só não se confunde com o pronome indefinido pelo auxílio que lhe emprestam os entornos linguísticos. Do ponto de vista semântico e consequentes resultados nas funções gramaticais, está o primordial valor atualizador do artigo, de que decorrem os demais

valores contextuais: o artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos da mesma classe, como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte – quer através do discurso (que dele faz menção), quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é, quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos (assim, “o homem é um animal racional” equivale a “aquilo que conhecemos pela palavra homem...”) (2009, p.153).

O autor, no entanto, segue utilizando a classificação tradicional, discorrendo sobre o artigo definido *o* e suas flexões e sobre o artigo indefinido *um* e suas flexões.

Neves, assim como Bechara, relativiza as definições dos artigos, mas também segue utilizando os termos tradicionais.

Sua gramática possui uma seção intitulada *Palavras Fóricas*, em que está o artigo definido. A autora diz que o artigo definido (*o* e suas flexões) precede o substantivo, particularizando-o, e que ocorre “em geral, em sintagmas em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte. O que determina sua presença, entretanto, é a intenção do falante e o modo como ele quer comunicar uma determinada experiência” (2000, p.391), sendo, portanto, dependente do contexto enunciativo.

Em outra seção, intitulada *Quantificadores e Indefinidos*, a autora coloca o artigo indefinido (*um* e suas flexões) junto aos pronomes indefinidos nos *Indefinidos*. São *não-descritivos*, ou seja, “não dão informação sobre a natureza dos objetos, operando sobre um conjunto de objetos previamente delimitados em razão de suas propriedades”, e, diferentemente do artigo definido, são *não-fóricos*, “isto é, não constituem itens com função de instruir a busca de recuperação semântica na situação ou no texto” (2000, p.511).

A autora explica que os pronomes indefinidos são *quantificadores indefinidos*, em oposição aos numerais, que são *quantificadores definidos*. Para diferenciar o artigo indefinido *um* do numeral cardinal *um*, defende que, “com o artigo indefinido *um*, o que se afirma é a indeterminação, não a singularidade (embora ela exista), enquanto com o numeral *um* o que se afirma é a singularidade, ou a qualidade de único (embora a indeterminação possa existir)” (2000, p.518), ou seja, diferencia-se “pelo menos um” de “exatamente um”.

Enquanto Bechara e Neves afirmam a semelhança dos artigos indefinidos com os pronomes indefinidos, mas continuam com a nomenclatura tradicional,

Azeredo defende que apenas os artigos definidos são artigos, e que o que se conhece como artigo indefinido (*um* e suas flexões de gênero e número) é apenas mais um dos vários pronomes indefinidos, “palavras gramaticais de significação imprecisa e não dêitica [...] que integram o sintagma nominal” (2008, p.179).

Para o autor, o artigo definido é um determinante que se refere a uma entidade determinada e possui função remissiva no discurso. Na página 249 de sua gramática, distingue *o* e *um* através de uma tabela. Suas únicas diferenças são *identidade determinada, remissão e indeterminação*, os dois primeiros presentes apenas no uso da forma *o*, e o terceiro presente apenas no uso da forma *um*.

Castilho e Bagno são os gramáticos analisados que mais se distanciam da tradição normativa. O primeiro defende que o artigo “é um marcador pré-nominal, átono, associado necessariamente ao substantivo, com o qual constitui um vocábulo fonético” (2010, p.489) (definição já aqui criticada no capítulo *Fenômenos Fonológicos*), e que apenas *o* e suas flexões são artigos, pertencendo à classe dos mostrativos.

Segundo Castilho, a classificação de *um* e suas flexões como artigo indefinido ocorreu apenas no século XIX, devido a algum critério semântico. Para ele, os artigos indefinidos pertencem aos quantificadores indefinidos, que se opõem aos numerais, que seriam quantificadores definidos (2010, p.490).

Também para Bagno, os artigos definidos são dêiticos que pertencem aos mostrativos. O autor concorda com Castilho, defendendo que apenas a forma *o* e suas flexões são artigos, enquanto a forma *um* e suas flexões pertencem aos quantificadores indefinidos. Menciona como argumento os seguintes fatos: possuem forma negativa própria; são formas tônicas que alternam na sentença com outras palavras; podem vir coordenados com *outro*; e podem ser usados como determinantes de um sintagma nominal vazio, enquanto o artigo definido só alterna com o vazio (2012, p.782).

É bastante lógica a discussão em torno da classificação do artigo. A maioria dos gramáticos não está satisfeita com a definição tradicional, que parece não servir mais. Afinal, uma classe gramatical para apenas duas palavras e suas flexões? E duas palavras de origens e comportamentos muito diferentes.

O presente trabalho está de acordo com a classificação de Bagno e Castilho, de que o artigo definido pertence a uma classe que pode ser descrita como a dos mostrativos, à qual pertencem também os pronomes demonstrativos; e também está

de acordo com a proposta de que o artigo indefinido pertence aos quantificadores indefinidos, em oposição aos quantificadores definidos: os numerais. A justificativa está na origem e no comportamento das duas formas.

O artigo definido teve sua origem nos demonstrativos latinos, e por muito tempo foi posto com os pronomes em uma mesma classe. Já o artigo indefinido surgiu do numeral, tornando-se um quantificador que deixou de expressar uma quantidade definida.

O presente trabalho sustenta, portanto, a divisão de Bagno e Castilho. Uma classe gramatical dos mostrativos (composta pelos artigos definidos, pronomes de não-pessoa e pronomes demonstrativos) e outra dos quantificadores, divididos em definidos (numerais) e indefinidos (artigo indefinido e pronomes indefinidos).

A seguir, para esquematizar, é apresentada uma tabela retomando a divisão de cada gramático estudado:

Tabela 10 - Sistematização do capítulo 7

	O artigo definido	Dentro de outra classe	<i>UM</i> artigo indefinido	Dentro de outra classe
AZEREDO	Sim	Não	Não	Pronomes indefinidos
BAGNO	Sim	Mostrativos	Não	Quantificadores indefinidos
BECHARA	Sim	Não	Sim*	Não
CASTILHO	Sim	Mostrativos	Não	Quantificadores indefinidos
NEVES	Sim	Palavras fóricas	Sim	Quantificadores e Indefinidos
PERINI	Sim	Não	Sim	Não

*O autor diz que o verdadeiro artigo é o *o*, mas continua tratando *um* como artigo indefinido.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como eixo a discussão do artigo nas gramáticas contemporâneas de português brasileiras, tomando como critério de seleção as presentes no livro *Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores*. Tratou-se da diacronia do artigo; da concordância de número; dos fenômenos fonológicos, nos quais foram vistas as contrações com as preposições; da progressão temática; do o e suas flexões como artigo ou pronome demonstrativo; e da classificação dos artigos.

Nem todas as gramáticas trataram de todos os assuntos, pois, como foi dito no capítulo introdutório, possuem distintos objetos de estudo, conseqüentemente considerando certos temas como relevantes para apresentar em suas gramáticas, e outros não. Na tabela abaixo, pode-se identificar quais gramáticos abordaram o quê:

Tabela 11 - Recapitulação

	ESTUDO DIACRÔN- NICO	CONCOR- DÂNCIA DE NÚMERO	FENÔ- MENOS FONOLÓ- GICOS	PROGRES- SÃO TEMÁTICA	PRONO- ME DEMONS- TRATIVO?	CLASSIFI- CAÇÃO DOS ARTIGOS
AZEREDO	*		X**	X	*	X
BAGNO	X	X	X	X	X	X
BECHARA	X		X	X	X	X
CASTILHO	X	X	X	X	X	X
NEVES				X	X	X
PERINI		X	X			X

*O autor trata do assunto junto de outros autores na *Gramática comparativa Houaiss: Quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano, francês* (2010).

**O autor não trata das contrações com as preposições.

Das seis gramáticas analisadas, a de Castilho e a de Bagno tratam de todos os tópicos estudados. Bagno, no entanto, é quem mais aprofunda cada assunto. O autor é o mais jovem dos seis gramáticos e escritor de vários estudos contemporâneos em defesa do português brasileiro e contra o preconceito linguístico. Sua gramática foi a última a ser publicada (2012), sendo talvez uma das razões para ser a mais completa e atual.

Percebe-se nos assuntos discutidos que não há unanimidade entre os gramáticos. Enquanto alguns seguem utilizando a definição tradicional de artigo definido e indefinido, outros propõem a aproximação do artigo definido com os pronomes demonstrativos e do artigo indefinido com os pronomes indefinidos. Está claro que tal proposta não é absurda nem isolada, visto que cinco dos seis gramáticos questionam a classificação tradicional dos artigos.

Dos cinco, todos aproximam o artigo indefinido dos pronomes indefinidos. No entanto, enquanto alguns permanecem chamando-o de artigo indefinido (Bechara e Neves), outros já o retiram da classe do artigo, pondo-o na dos pronomes indefinidos (Azeredo), ou colocam ambos, artigo indefinido e pronomes indefinidos, na classe maior dos quantificadores indefinidos (Bagno e Castilho). A ideia de quantificadores e indefinidos já está na gramática de Neves, mas a autora continua com a classificação tradicional de artigo.

Sobre o artigo definido, ele é entendido como o real artigo pelos mesmos cinco gramáticos. Bechara e Neves discorrem sobre sua definição, sendo que esta o coloca junto dos pronomes demonstrativos nas *Palavras Fóricas*. Mas são Bagno e Castilho os que propõem a classe dos mostrativos, onde estariam juntos artigo definido, pronomes demonstrativos e pronomes de não-pessoa (os tradicionais pronomes pessoais de 3ª pessoa).

Perini é o único que não questiona a classificação tradicional dos artigos, dividindo-os em definidos e indefinidos.

Ademais, nem todos reconhecem a variação linguística. Seja em relação à progressão temática do texto, admitindo que não necessariamente *um* introduzirá um referente e *o* o retomará, seja em relação à concordância de número ou às contrações com as preposições. Azeredo, Bechara e Neves são os mais tradicionais, enquanto Bagno, Castilho e Perini tratam da concordância de plural e de todas as contrações com as preposições. A divisão se dá devido ao objeto de

estudo. Estes três abordam a modalidade falada específica do português brasileiro, enquanto os outros três abordam apenas a modalidade escrita.

Buscou-se neste trabalho apresentar uma descrição o mais completa possível da tradicional classe dos artigos nas gramáticas contemporâneas brasileiras. Defende-se que, ainda que as gramáticas tratem da norma padrão, os fenômenos reais da língua corrente sejam por elas mencionados.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha/ Instituto Antônio Houaiss, 2008.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: Língua e poder na sociedade brasileira*. 7 edição. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 54 edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1999].
- _____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 edição rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009 [1999].
- BRITO, Ana Maria et al. *Gramática comparativa Houaiss: Quatro línguas românicas : português, espanhol, italiano, francês*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000 [1999].
- NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.) *Gramáticas Contemporâneas do Português com a Palavra, os Autores: Evanildo Bechara et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- REINALDO, Maria Augusta. Progressão temática. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da S.; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro. *Glossário Ceale: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: FaE, 2014.